

JORGE COSTA PEREIRA

UMA CARTA A MOISÉS BENARÚS.
SUBSÍDIO PARA O ESTUDO DA PRESENÇA ALEMÃ NO FAIAL
NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XX

HORTA • 2011

UMA CARTA A MOISÉS BENARÚS.
SUBSÍDIO PARA O ESTUDO DA PRESENÇA ALEMÃ NO FAIAL
NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XX

JORGE COSTA PEREIRA

Pereira, J. C. (2010), Uma carta a Moisés Benarús. Subsídio para o estudo da presença alemã no Faial na primeira década do século XX. *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, 20: 185-203.

Sumário: Uma carta de agradecimento subscrita por 44 alemães que estavam no Faial e dirigida a Moisés Benarús, vice-cônsul americano no Faial e representante dos assuntos consulares alemães na ilha após a declaração de guerra entre a Alemanha e Portugal, é o pretexto para uma demanda das vicissitudes por que passou aquela comunidade alemã no período da I Guerra Mundial.

Pereira, J. C. (2010), A Letter to Moisés Benarús: Subsidy for the study of the German presence in Faial on the first decade of the Twentieth Century. *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, 20: 185-203.

Summary: A letter of thankfulness undersigned by 44 Germans who were in Faial Island and addressed to Moisés Benarús, American Vice-consul in Faialand representative of German Consular affairs in the Island after the declaration of war between Germany and Portugal, is the pretext for an investigation of the vicissitudes suffered by that German community during the first World War.

Jorge Costa Pereira – Núcleo Cultural da Horta.

Palavras-chave: Açores na I Guerra Mundial, Alemães no Faial, Cabos Submarinos, DAT (Deutsche Atlantische Telegraphengesellschaft), Depósito de Concentrados Alemães da Ilha Terceira, Moisés Benarús.

Key-words: Azores in the first World War, Germans in Faial, Submarine Cables, DAT (Telegraphic German Company in the Atlantic), Concentration Camp of Angra do Heroísmo, Moisés Benarús.

1. UMA CARTA DE AGRADECIMENTO

A 27 de Agosto de 1916, na antevéspera de seguirem para o Campo de Concentrados da Terceira, 44 alemães que estavam na Ilha do Faial subscreveram uma carta dirigida a Moisés Benarús, agradecendo-lhe, na qualidade de representante diplomático dos assuntos consulares alemães na ilha, a forma como ele os tinha ajudado no contexto das vicissitudes da entrada de Portugal na I Guerra Mundial.

O documento que aqui se reproduz está na posse da neta de Moisés Benarús, Dr.^a Maria Luna de Ávila Benarús, e em excelente estado de conservação.

A carta a que nos referimos foi redigida em inglês e, na sua simplicidade e elegância, é bem reveladora do sentimento de gratidão dos signatários. Mais do que uma formalidade ética, da leitura da carta parece-nos lícito concluir que ela expressa o sentir profundo e verdadeiro dos seus subscritores¹:

“Horta, 27 de Agosto de 1916

Vice-Cônsul dos Estados Unidos

Exmo. Senhor M. Benarús

Caro Senhor

Na véspera da nossa partida para o campo de concentração na Terceira, queremos expressar-lhe profunda gratidão pela consideração, amabilidade e rápida assistência que sempre nos prestou como representante dos nossos serviços consulares.

Portanto, queira aceitar os nossos sinceros agradecimentos e, caso nos seja dada oportunidade, teremos muito gosto em informar os nossos superiores da eficiência com que nos tem ajudado, como amigo e conselheiro.

*Com renovados agradecimentos, creia-nos, caro senhor,
sempre muito gratos*

Otto Schröder

A Winterberg

Carl Weber

Otto Langtz

R. Winterstein

R. Carl

¹ Agradeço a Jorge Manuel Freitas Vieira a tradução do original e à Prof. Doutora Susana Münch Miranda a inestimável ajuda prestada na leitura das assinaturas. Agradeço ainda ao Dr. José Elmiro Rocha, da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo, a colaboração na pesquisa de algumas fontes.

Lisboa, 27th of August 1916.

Vice-Consul of United States
A. Benarús Esq.

Dear Sir,

On the eve of departure for the Concentration
Camp in Terceira we desire to express our sincere
gratitude to you for all the kind consideration
and prompt assistance you have always
tendered towards us representative of our
consular affairs.

Therefore kindly accept our best thanks and
if occasion is given us, we will have great
pleasure in acquainting our own authorities
of the efficient manner you have helped us
as a friend and councillor.

With renewed thanks, believe us,
dear sir,

yours most gratefully

Alois Schuster, A. Winterberg, Carl Weber,
 Otto Schreyer, P. Winterberg, Karl
 E. Bergmann, G. Meyer, G. F. Schel, Hans
 K. Johns, H. Sauters, P. Schreiner, C. Parrow
 W. Rulitz, E. Schif, P. Kiehl, C. Galle
 W. Schulz, A. Busch, Tamm, Otto Scholz,
 Hans Krauss & fam, moll, Hans Walter,
 H. Lauer, Paul Seeger, Fr. Krebs, A. Günther,
 K. Paule, G. Bruden, A. Heitz, A. Carapian
 Johannes Jakob, M. Goye, W. Walter, G. Goltz,
 M. Harbert, Robert, P. Raschke,
 Marcel Carapian, A. Muijs, Clapm, dep. chief.

Carta a Moisés Benarús.

<i>E. Bergmann</i>	<i>F. Meyer</i>	<i>G. Friebel</i>	<i>Willy Krauss</i>
<i>K. Sohns</i>	<i>H. Garters (?)</i>	<i>Rihtmann</i>	<i>C. Parrow</i>
<i>W. Ruhtz</i>	<i>E. Stief</i>	<i>O. Kühl</i>	<i>B. Galle</i>
<i>W. Schultz</i>	<i>A. Buck</i>	<i>Tamen</i>	<i>Otto Schulz</i>
<i>Hans Krauss e fam.</i>	<i>Moll</i>	<i>Hans Walter</i>	
<i>H. Sauer</i>	<i>Paul Seeger</i>	<i>Fr. Krebs</i>	<i>A. Günther</i>
<i>K. Taube</i>	<i>F. Bruder</i>	<i>A. Heitz</i>	<i>A. Corsepilus</i>
<i>Johannes Rebske</i>	<i>M. Gotze</i>	<i>W. Walter</i>	<i>G. Göltz</i>
<i>W. Herbort</i>	<i>Bodeck</i>	<i>B. Kaselow</i>	
<i>Max Corsepilus</i>	<i>A. Munn</i>	<i>C. Capell</i>	<i>Alfr. Ebigt"</i>

2. PANO DE FUNDO

2.1. DA CRIAÇÃO DA “ALDEIA GLOBAL” À VINDA DA DAT PARA O FAIAL

O século XIX acelerou de forma radical as comunicações intercontinentais. Dos 25 dias que um *clipper* necessitava para atravessar o Oceano Atlântico, o vapor *Great Eastern* reduziu-os, em 1838, para 15 e, a meados do século, o tempo gasto pelos vapores já era só de nove a dez dias.

De igual modo, o uso do telégrafo expandiu-se em terra, depois da sua invenção em 1837 e de se ter iniciado, na década seguinte, a exploração de uma linha regular entre Nova Iorque e Washington.

Em 1850 foi lançado o primeiro cabo submarino internacional, atravessando o Canal da Mancha. As primeiras experiências para lançar um cabo intercontinental sucederam-se nessa década, mas só em 1865-66 foi lan-

çado com êxito um cabo submarino no Atlântico que viria a alterar por completo as relações entre o Velho e o Novo Mundo.

O advento dos cabos submarinos contribuiu “mais do que qualquer outro factor isolado para criar a ‘aldeia global’”. Com eles, os acontecimentos num qualquer ponto do planeta têm pela primeira vez um reflexo imediato nos mercados mundiais e as capitais dos impérios podem exercer um controlo muito mais próximo e centralizado. Na mente do europeu de finais de século, cria-se a ideia da unidade do planeta dirigido pelas capitais das grandes potências e reforça-se a crença positivista de que nada é impossível para a técnica. A visão do mundo é muito diferente consoante o habitante de Lisboa, por exemplo, demora qua-

se um mês ou poucos minutos para saber o que se passa na Índia”².

A importância futura dos cabos submarinos foi imediatamente compreendida pela Inglaterra que rapidamente os transformou em prioridade estratégica, criando a sua rede mundial de cabos, a “rede vermelha”, na qual Portugal teve “um duvidoso mas significativo privilégio: é o único país em que a Inglaterra confia o suficiente para permitir que amarrem no seu território cabos da “rede vermelha”. Na prática, a Inglaterra sabe que não é concebível uma situação em que Portugal esteja num campo oposto, ou em que mantenha uma neutralidade hostil; mesmo que tal viesse a acontecer, como os pontos portugueses mais importantes da “rede vermelha” são as ilhas atlânticas, a Inglaterra pode sempre ocupar com relativa facilidade, as estações de cabos”³.

Já em Dezembro de 1858, a Junta Geral Administrativa do Distrito da Horta, presidida por Manuel Severino de Avelar, e o governador civil António José Vieira Santa Rita, em Relatório de 24 de Outubro de 1859, chamavam a atenção para as vantagens e para o alcance que uma linha telegráfica poderia proporcionar a

estas ilhas. Por isso, instavam o Rei e as autoridades nacionais para a necessidade de se tirar todas as vantagens da passagem do cabo submarino pelo arquipélago.

Pesem estas precoces solicitações, a verdade é que os Açores só entraram em 1893 para a rede mundial de cabos submarinos quando foi lançado o primeiro cabo, unindo a Horta com Carcavelos, via Ponta Delgada.

As primeiras estações instaladas nestas cidades foram naturalmente inglesas e pertenciam à *Telegraph Construction and Maintenance Company*, que detinha um contrato de exclusividade com o estado português e, por isso, as companhias de cabos de outros países só podiam usar os Açores mediante concessão da congénere inglesa.

Em 1895, aquela companhia vendeu os seus direitos a uma outra inglesa, a *Europe & Azores Telegraph Company*.

Em 1910, devidamente autorizadas por esta nova concessionária, instalaram-se também na Horta a companhia alemã DAT (*Deutsche Atlantische Telegraphengesellschaft*) e a companhia americana CCC (*Commercial Cable Company*).

Não agradava aos alemães a dependência em que estavam dos ingleses. É isso mesmo que em 6 de Setembro de 1900, a revista alemã *Illustrierte Zeitung*, dá a entender num artigo

² António José Telo, *Os Açores e o controlo do Atlântico (1898/1948)*, 1.ª ed., Porto, Edições ASA, 1993, p. 165.

³ Idem, *ibidem*, p. 167.

sobre o primeiro cabo telegráfico transatlântico alemão, onde se afirma que “Os acontecimentos dos últimos anos (...) colocaram claramente perante os nossos olhos, que o mundo das comunicações transatlânticas depende da boa vontade dos ingleses que possuem quase todos os cabos em todas as direcções à escala mundial e têm assim nas suas mãos as principais estradas do trânsito telegráfico internacional (...) Aqui [nos Açores], no entanto, só o cabo inglês possuía o direito de amarração, pelo que a autorização para a amarração do nosso cabo na ilha do Faial só se pode obter com o acordo de que a colocação da linha fosse feita por uma firma inglesa”⁴.

Apesar dessas limitações, o articulista considerava o lançamento do cabo alemão como “um grande progresso”. O investimento ascendeu a cerca de dezanove milhões de marcos. Os preços da tarifa eram de um marco por palavra e o cabo transmitia sobretudo os telegramas de e para a Alemanha e países interiores (Áustria, Rússia)⁵.

Os cabos amarravam na Horta num único edifício, no centro da cidade, através de trincheiras, só surgindo à

superfície perto da estação, cujo imóvel era pertença da companhia inglesa, sendo a sua utilização partilhada pelas três companhias.

A vinda dos cabos submarinos e de todo o pessoal a eles associado, despoletou um grande desenvolvimento da cidade da Horta e de toda a ilha do Faial, como, aliás, na altura era já reconhecido: “grande tem sido o impulso que deste facto [o estabelecimento dos cabos telegráficos] o Faial tem tido, quer no aumento do seu comércio, quer nas relações com o resto do mundo. Têm passado pelas diversas estações inglesa, americana e alemã centenas de empregados que hoje nos conhecem e são nossos amigos...”⁶.

A inicial presença alemã no Faial ao serviço da DAT era composta por cerca de duas dezenas e meia de empregados, tendo como principal responsável Herr Ruhmkorf e contava já com o apoio de um pastor protestante que assegurava a observância da sua religião⁷.

Estes funcionários estrangeiros das companhias dos cabos submarinos, bem como os seus familiares, usufruíam de condições de vida muito

⁴ Yolanda Corsépius e Ricardo Madruga da Costa, “Um contributo para a História da Companhia Alemã do Cabo Submarino na Ilha do Faial”, in *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, n.º 18, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 2009, p. 404.

⁵ Cf. Idem, *ibidem*, p. 405.

⁶ *O Telegrapho*, Horta, 02 de Setembro de 1916.

⁷ Cf. Carlos Ramos da Silveira, *O cabo submarino e outras crónicas faialenses*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 2002, p. 86.

superiores às do comum habitante da cidade. Desde o início, a Companhia garantia-lhes o alojamento: para isso construiu uma zona habitacional, que ainda hoje perdura na cidade como exemplo de um magnífico conjunto. No entanto, “as primeiras construções, bastante mais modestas, tinham obedecido a um estilo simples, sem grandes preocupações arquitectónicas”⁸, mas foram sendo melhoradas e ampliadas, sobretudo depois do sismo de 1926.

Os receios alemães, que atrás vimos, do domínio e do controle inglês sobre o cabo submarino tinham fundamen-

to: “três minutos depois da declaração de guerra em 1914, a Alemanha ficou sem comunicações com as suas colónias e núcleos na emigração. A empresa inglesa nos Açores limitou-se a aplicar a letra do contrato de 1899 às novas circunstâncias de guerra, pelo que cortou o cabo alemão, passando a utilizá-lo para reforço das comunicações próprias. Até ao fim da guerra, a Alemanha não conseguiu enviar um único telegrama para as colónias”⁹. E os funcionários da DAT na Horta ficaram no Faial a aguardar que o conflito se solucionasse em breve!

2.2. A I GUERRA MUNDIAL

Em Agosto de 1914, as potências europeias avançaram para a Grande Guerra. De um lado, a Inglaterra, a França e a Rússia; do outro, a Alemanha e a Áustria. Todas elas, porém, acabaram ultrapassadas pelos acontecimentos: tinham a convicção de que seria uma guerra rápida e curta, mas acabou por ser longa e contínua; pela primeira vez, os campos de batalha não foram apenas a superfície do solo e dos mares: o submarino e o avião levaram a guerra a palcos antes

impensáveis; esperava-se uma guerra de movimento e esta arrastou-se anos nas trincheiras, fazendo sobressair a dimensão da guerra de desgaste¹⁰.

Durante quatro anos, morreram milhões de soldados, as comunicações e os transportes conheceram enormes dificuldades e os produtos essenciais escassearam.

Portugal optou, no início do conflito, pela neutralidade, seguindo o exemplo de Espanha. Aos portos portugueses acolheram-se setenta e dois

⁸ Idem, *ibidem*, p. 86.

⁹ António José Telo, “Os Açores e as estratégias para o Atlântico”, in *História dos Açores – do descobrimento ao século XX* (dir. de Artur Teodoro de Matos, Avelino

de Freitas de Meneses e de José Guilherme Reis Leite), vol. II, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2008, p. 219.

¹⁰ Cfr. Jacques Néré, *O Mundo Contemporâneo*, Lisboa, Edições Atica, 1976, p. 333.

navios mercantes alemães¹¹, que ficaram “internados até ao final da guerra de acordo com as regras em vigor”¹². Neste contexto, encontravam-se no porto da Horta, desde 1914, três embarcações alemães: a barca *Max* e os vapores *Schaumburg* e *Sardinie*.

A barca *Max*, de 1980 toneladas, chegou à Horta a 17 de Setembro de 1914 carregada de salitre¹³. O vapor *Sardinie*, de 3.601 toneladas, cinquenta e seis tripulantes e treze passageiros, chegou à Horta a 8 de Agosto de 1914¹⁴. E o vapor *Schaumburg*, de 3.475 toneladas, transportando quarenta e quatro tripulantes, quatro passageiros e carga geral, aportou a 2 de Agosto de 1914¹⁵.

Apanhadas pelo início da I Guerra Mundial, estas embarcações e respectivas tripulações ficaram a aguardar ordens superiores no nosso porto e autorização para receberem carvão. Assim permaneceram até 1916.

Neste ano, a Inglaterra, açoitada pela significativa perda de navios mercantes devido à guerra submarina

praticada pela Alemanha, e ao abrigo da aliança luso-britânica, pediu a Portugal que fizesse a apreensão de todos os navios mercantes alemães fundeados nos portos portugueses (que representavam o triplo da marinha mercante nacional da altura!), a fim de serem colocados ao serviço das ligações comerciais de interesse comum. Este pedido inglês assentava como uma luva no desejo latente do governo português em entrar activamente no conflito mundial. A apreensão foi determinada a 23 de Fevereiro de 1916, pelo Decreto n.º 2299: o governo determinava que “todos os navios alemães que estivessem em águas portuguesas e que fossem susceptíveis de serem transformados em navios de guerra seriam de pronto requisitados (...) [e que] as mercadorias perecíveis seriam vendidas em hasta pública”¹⁶.

Assim, a 26 de Fevereiro de 1916, as três embarcações alemãs estacionadas no porto da Horta “foram embandeiradas com pavilhão português”¹⁷ e

¹¹ Cf. *O Telegrapho*, Horta, 16 de Agosto de 1916.

¹² António José Telo, “Os Açores e as estratégias para o Atlântico”, in *História dos Açores – do descobrimento ao século XX* (dir. de Artur Teodoro de Matos, Avelino de Freitas de Meneses e de José Guilherme Reis Leite), vol. II, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2008, p. 227.

¹³ Cf. *O Telegrapho*, Horta, 18 de Setembro de 1914.

¹⁴ Cf. *O Telegrapho*, Horta, 08 de Agosto de 1914.

¹⁵ Cf. *O Telegrapho*, Horta, 03 de Agosto de 1914.

¹⁶ Sérgio Resendes, “O Depósito de Concentrados Alemães na Ilha Terceira – as memórias de uma reclusão forçada”, in *Insulana*, vol. LVIII, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2002, pp. 70-71.

¹⁷ *O Telegrapho*, Horta, 26 de Fevereiro de 1916.

delas “desembarcaram 41 tripulantes, entre os quais 15 oficiais”¹⁸. O capitão do porto da Horta, Matos Moreira, assumiu o comando do vapor *Sardinie*, enquanto o *Schaumburg* ficou sob as ordens do “imediato da Açor”¹⁹, Sr. Carmona”²⁰ e a barca *Max* ficou sob a responsabilidade do “patrão-mor Sr. Manuel Cypriano”²¹.

A imprensa da época refere que a barca *Max* foi entregue aos portugueses antes do pôr-do-sol, “razão porque ao saírem de bordo os tripulantes alemães, os novos tripulantes içaram a bandeira alemã como sinal de despedida, o que estes responderam com vivas e urras. Em seguida foi içado o pavilhão português”²².

A 9 de Março, depois da apropriação portuguesa dos seus barcos, a Alemanha declarou guerra a Portugal.

Quatro dias volvidos, a 13 de Março, o jornal *O Telegrapho* já noticiava que “O senhor Otto Schröder, vice-cônsul da Alemanha, encarregou o agente consular dos Estados Unidos,

senhor Moisés Benarús, dos interesses dos súbditos daquele país”²³.

Por outro lado, a 16 de Março, cumprindo as orientações sobre a venda dos bens perecíveis – que não teria sido bem acolhida por todos²⁴ –, foram postos à venda, em hasta pública, os géneros alimentícios que pertenciam aqueles três navios, nomeadamente “farinha de trigo, carne salgada e fumada, batatas, etc.”²⁵.

Seguiu-se a publicação, em Diário do Governo, dos novos nomes daquelas embarcações: o *Sardinie* passou a chamar-se *Horta*, o *Schaumburg*, *S. Jorge*, e a barca *Max* foi rebaptizada com o nome de *Flores*²⁶.

Entretanto, os seus ocupantes tiveram sortes diferentes. Os passageiros, logo nas semanas seguintes, seguiram viagem noutras embarcações que escalavam a Horta. Quanto aos tripulantes, não ficaram todos, pois alguns obtiveram autorização para sair do Faial, como foi, por exemplo, o caso

¹⁸ *O Telegrapho*, Horta, 28 de Fevereiro de 1916.

¹⁹ Uma canhoneira portuguesa que fazia a fiscalização marítima nos Açores.

²⁰ *O Telegrapho*, Horta, 28 de Fevereiro de 1916.

²¹ *O Telegrapho*, Horta, 28 de Fevereiro de 1916.

²² *O Telegrapho*, Horta, 28 de Fevereiro de 1916.

²³ *O Telegrapho*, Horta, 13 de Março de 1916.

²⁴ “O capitão da ex-barca alemã Max, Sr. Peter Jensen, desistiu de todas as oposições que fez à posse da carga de salitre daquele navio”, in *O Telegrapho*, Horta, 13 de Março de 1916.

²⁵ *O Telegrapho*, Horta, 13 de Março de 1916.

²⁶ Cf. *O Telegrapho*, Horta, 30 de Março de 1916. A partir de 1924, esta embarcação foi incorporada na marinha portuguesa, como navio-escola Sagres. (Cf. <http://www.marinha.pt/PT/amarinha/meiosoperacionais/superficie/Pages/NRPSagres.aspx>).

do médico do vapor *Sardinie* que seguiu para Lisboa no navio *Funchal*²⁷ e do dinamarquês Peter Nicolai Jensen (o capitão da barca alemã *Max*) “que, a 12 de Junho de 1916, voltou a ser livre, após a autorização do Ministério da Guerra por solicitação do Consulado Geral da Dinamarca em Lisboa e do Vice-Consulat de Danemark à Fayal, que o encaminharam de volta ao seu país”²⁸. Dos restantes tripulantes dos três barcos, o que sabemos é que ao chegarem à Horta, em 1914, ultrapassariam a centena, mas, em 1916, o número dos que restavam era de 41²⁹.

Nos Açores, a Grande Guerra teve três fases distintas: a primeira, entre 1914 e Fevereiro de 1916, coincidiu com a neutralidade portuguesa; a segunda, entre Março de 1916 e 4 de Julho de 1917, onde a guerra, embora presente, foi-nos longínqua; e a terceira, desde o início dos ataques a terra dos submarinos alemães até ao fim do Depósito de Concentrados Alemães da Terceira³⁰.

Nos Açores, como na generalidade do país, a declaração de guerra da Alemanha a Portugal não foi uma surpresa, conforme o reconhecia a 11 de Março de 1916, o jornal *O Tele-*

grapho, “pelos antecedentes que já conhecíamos do embandeiramento dos navios alemães nos portos portugueses”. Mas, apesar de os Açores estarem longe do “teatro da guerra”, havia a consciência de que não seria possível “evitar muitas das consequências de tão monstruosa conflagração”, nomeadamente “na carestia dos géneros necessários à vida” ou mesmo “na falta absoluta de alguns deles”, na “dificuldade das comunicações com a metrópole” e na insegurança resultante do facto de não haver “suficientes meios de defesa”³¹.

A previsão do jornal revelar-se-ia errada numa das suas premissas: apesar de longe do “teatro de guerra” convencional, a verdade é que a guerra submarina colocou directamente os Açores no conflito: foi nestas águas que ocorreu um dos mais trágicos confrontos entre portugueses e alemães – o afundamento do caça minas português “Augusto Castilho” pelo submarino alemão U-139, em Outubro de 1918, entre S. Miguel e Santa Maria. E já antes, a 4 de Julho de 1917, a cidade de Ponta Delgada havia sido bombardeada pelo submarino alemão U-155 “Deutschland” que provocou uma morte civil.

²⁷ *O Telegrapho*, Horta, 18 de Agosto de 1914.

²⁸ Sérgio Resendes, *ob. cit.*, p. 76.

²⁹ Cf. *O Telegrapho*, Horta, 28 de Fevereiro de 1916.

³⁰ Cf. Sérgio Resendes, “O U-155 e o bombardeamento de Ponta Delgada”, in *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, 4 de Julho de 2010.

³¹ Cf. *O Telegrapho*, Horta, 11 de Março de 1916.

3. OS SUBSCRITORES DA CARTA

A entrada de Portugal na Grande Guerra alterou o estatuto dos alemães que se encontravam no País e, naturalmente, no Faial, que passaram à condição de cidadãos de um país inimigo. As primeiras vítimas desta alteração foram os oficiais e marinheiros dos navios requisitados, que deixaram de ter direito ao sustento que até aí recebiam. Esta situação foi logo contestada a 19 de Abril de 1916 por carta³² que o vice-cônsul dos Estados Unidos da América na Horta e representante diplomático dos assuntos alemães no Faial, Moisés Benarús, dirigiu ao Capitão do Porto da Horta.

Nessa missiva, Moisés Benarús apelava aquele responsável para ponderar a gravidade do caso “pois que se trata de nada menos do que da subsistência de 40 pessoas, que não tem recurso algum, e que não podem sair pela circunstância do caso da guerra entre o Império Alemão e Portugal”. E acrescentava: “Colocados como estão, estes súbditos alemães, nesta ilha, aonde vieram em procura de abrigo e protecção, sem poderem empregar-se em coisa alguma que lhes possa garantir a sua subsistência, e ainda sem poderem sair para fora da terra pode dar maus resultados

pelos quais não poderei responder.”

Ao mesmo tempo, exigia da parte das autoridades portuguesas clarificação: “Se são prisioneiros de guerra deve o governo garantir-lhe a sua subsistência, não só pelo lado humanitário, como também à semelhança do que fazem todas as nações civilizadas, e como se está procedendo em Inglaterra, França e Rússia e outros países beligerantes.” E concluía Moisés Benarús: “Lembro que seria de toda a equidade e deveras próprio de uma nação antiga e briosa como Portugal, continuar o pagamento de até aqui a estes inculpáveis dos acontecimentos, ou conceder-lhes a sua saída livre para fora do país, dando-se-lhes os seus respectivos passaportes de salvo conduto até à fronteira, pois que confiados como estão a nossa guarda, não posso nem devo concordar com a resolução de serem abandonados miseravelmente, à míngua, sem abrigo nem sustento, porque nisso só vejo um futuro de graves e funestas consequências que bem pode dar lugar a alguma represália.”

A partir de 21 de Abril de 1916, a situação dos alemães funcionários do cabo submarino e dos marinheiros que estavam na Horta passou a estar

³² Uma cópia desta carta está na posse da família, que a ela nos facultou o acesso e cujo conteúdo já foi citado por Fernando Faria,

“Moisés Benarús: o último membro da comunidade judaica do Faial”, in *Tribuna das Ilhas*, Horta, 16 de Novembro de 2007.

abrangida pelo Decreto n.º 2350. Este diploma impunha a todos os súbditos alemães que se encontrassem fora de Portugal Continental a obrigação de serem conduzidos a um local a designar pelo Governo. Todos eles passavam a ficar sob vigilância militar e se não tivessem meios próprios de subsistência, esta era garantida pelo Estado português. Para cumprimento desta lei, os alemães dispunham de 24 horas para se apresentarem na autoridade militar mais próxima.

Sérgio Resendes, baseando-se em documentação do Arquivo do Museu Militar dos Açores³³, refere que, no caso dos alemães residentes na Horta, a 26 de Abril ainda não se tinham apresentado às autoridades militares e o Comando Militar da Horta, em telegrama desse dia, afirmava isso mesmo, testemunhava que desconhecia o Decreto n.º 2350 e solicitava instruções sobre o que fazer. O despacho a este telegrama foi no sentido de que os alemães “deverão ser entregues às autoridades militares e que estas deverão assegurar a sua alimentação com base nas rações de campanha...”³⁴.

A 30 de Abril dois novos telegramas do Comando Militar da Horta questionavam sobre quem deveria ser concentrado, em que condições e solicitava-se autorização para aquisição de meios para a confecção das rações.

A 3 de Maio, nova comunicação da Horta fazia o ponto da situação: “a 29 de Abril haviam-se apresentado 49 súbditos alemães residentes e 40 tripulantes das embarcações confiscadas. Todos ficaram concentrados na propriedade da Companhia Telegráfica Alemã, sendo destinada aos oficiais a zona das casas dos trabalhadores da referida empresa”³⁵.

E aí ficaram até ao final de Agosto, aguardando a sua deslocação para o Campo de Concentrados da Terceira, um dos quatro locais criados no país para “acolher” os alemães³⁶.

Na carta de 27 de Agosto de 1916, dirigida pelos alemães que estavam no Faial a Moisés Benarús identificam-se 44 assinaturas. E delas, 27 são seguramente de funcionários da DAT, a saber: Otto Schröder, Albert Winterberg, Richard Winterstein, Rudolf Carl, Erich Bergmann, Fritz Meyer, Willy Krauss, Wilhelm Ruhtz, Ernest Stief, Oscar Kühl, Wilhelm Schultz,

³³ Cf. Sérgio Resendes, “O Depósito de Concentrados Alemães na Ilha Terceira – as memórias de uma reclusão forçada”, in *Insulana*, vol. LVIII, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2002, pp. 67-150.

³⁴ Idem, *ibidem*, p. 75.

³⁵ Idem, *Ibidem*, p. 75.

³⁶ Os outros foram: Peniche, Caldas da Rainha e Macequece (Angola).

Hans Walter, Karl Taube, Fritz Bruder, Artur Heitz, Adolf Corsepilus, Willy Walter, Wilhelm Herbot (Harlot), Werner Bodeck, Bruno Kaselow, Max Corsepilus e Alfred Ebigt.

Em Setembro de 1916, a imprensa do Faial fez eco da nomeação de vários faialenses como “depositários de bens alemães na Horta”³⁷. É essa listagem que nos permite a identificação destes alemães como funcionários da DAT, cujos bens ficaram a cargo dos faialenses Tomaz Goulart da Silva³⁸, Alfredo Borges da Silva³⁹, Januário Correia de Melo⁴⁰ e João Goulart da Silva⁴¹. É também por ela que

sabemos que Bruno Kräsner e Max Meissner, funcionários da DAT, foram os únicos daquela listagem⁴² que não subscreverem a carta dirigida a Moisés Benarús.

Por outro lado, na missiva em causa, é possível identificar a assinatura de outros funcionários da DAT que, por razões que desconhecemos, não figuram na listagem referida. São os casos de Alfred Moll (assinatura apenas Moll), que casou em 1908 com a portuguesa Guiomar Melo⁴³; de Otto Schulz, que em 1914 casou com a portuguesa Lina Dart Cunha⁴⁴; de Anton Günther, que casou por duas vezes

³⁷ Cf. *O Telegrapho*, Horta, 28 de Setembro de 1916 e *A Democracia*, Horta, 28 de Setembro de 1916.

³⁸ Tomás Goulart da Silva era mestre de obras; foi construtor da *Comercial Cable*, Farol dos Capelinhos, Hospital da Santa Casa; nasceu em 1849. Era pai de João Goulart da Silva. (Elementos gentilmente cedidos por Fernando Faria Ribeiro).

³⁹ Alfredo Borges da Silva (1857-1924), rico proprietário, capitalista e poderoso político. Foi regenerador e progressista na Monarquia e depois unionista e regionalista na República. Foi o 1.º Visconde de Borges da Silva (decreto 5.11.1896), exerceu cargos na administração autárquica, na Santa Casa da Misericórdia, e juiz de direito em diversíssimas ocasiões. (Elementos gentilmente cedidos por Fernando Faria Ribeiro).

⁴⁰ Januário Correia de Melo, proprietário, nascido em 1884. (Elementos gentilmente cedidos por Fernando Faria Ribeiro).

⁴¹ João Goulart da Silva, comerciante de materiais de construção civil e ferragens (1873-1947). (Elementos gentilmente cedidos por Fernando Faria Ribeiro).

⁴² O elenco daqueles que ficaram encarregados dos bens dos alemães é complementado pelo ofício n.º 46 do governador civil Dr. Manuel Francisco das Neves Junior, dirigido ao Ministro do Interior, onde é referido o nome de oito cidadãos faialenses que em 1918 tinham chaves dos edifícios da colónia alemã: José Rodrigues, Alfredo Borges da Silva, Januário Correia de Melo, João Goulart da Silva, José da Rosa Silveira, Tomás Goulart da Silva, Jaime Maria Soares de Melo e António Carvalho Alua. (Cf. *Fundo do Governo Civil da Horta*, Livro n.º 379 (provisório), fls. 172 a 175).

⁴³ Cf. Yolanda Corsépius, *Algumas notas sobre aspectos sócio-culturais da Horta no tempo dos cabos submarinos*, ed. de autor, 1999, p. 43.

⁴⁴ Idem, *ibidem*, p. 43.

com as portuguesas Alice Magalhães, em data desconhecida, e, depois de ter enviuvado, com Maria Brum, em 1928⁴⁵; de Carl Weber, que participou em 1911, como funcionário da DAT, em provas desportivas organizadas pelo Fayal Sport Club⁴⁶ e de Heinrich

Sauer, que era subdirector da DAT. Quanto aos restantes signatários da carta não conseguimos elementos de identificação, sendo natural que entre eles figurem alguns dos ocupantes dos três navios confiscados à Alemanha.

4. O DESTINATÁRIO DA CARTA: MOISÉS BENARÚS



Moisés Benarús.

Moisés Benarús nasceu a 17 de Outubro de 1859 em Angra do Heroísmo. Era um de oito filhos do casal José Benarús e Estrela Bensabat Benarús. Depois de ter realizado estudos em Londres, no *Edmonton House Academy* (entre 1874 e 1879), regressou à Terceira e, no ano seguinte, em Maio, radicou-se na cidade da Horta, estabelecendo-se com uma “loja de fazen-

das a retalho” em sociedade com o seu irmão Salomão (que faleceu em 1884, vítima de febre tifóide)⁴⁷.

Em 1894, Moisés Benarús assumiu a gerência da firma “Silveira e Edwards e Cia” e, no ano seguinte, tornou-se vice-cônsul dos Estados Unidos no Faial. Com a saída do Consulado da Horta para Ponta Delgada em 1899, Moisés Benarús passou a agente consular e manteve-se nesse cargo até 1918.

Foi nessa condição de representante dos Estados Unidos no Faial que Moisés Benarús, seguramente antes de 13 de Março de 1916, recebeu, como vimos, de Otto Schröder, vice-cônsul da Alemanha na Horta, e no contexto da declaração de guerra da Alemanha a Portugal, o encargo de zelar pelos interesses dos alemães, incumbência que, como vimos, assumiu com empenho e sentido de jus-

⁴⁵ Idem, *ibidem*, p. 43.

⁴⁶ Idem, *ibidem*, p. 15.

⁴⁷ Cf. Fernando Faria, “Moisés Benarús: último membro da comunidade judaica do Faial”, in *Tribuna das Ilhas*, Horta, 16 de Novembro de 2007.

tiça. A forma como Moisés Benarús os defendeu, justificou a gratidão dos alemães, que foi tornada pública: “os súbditos alemães, ao retirarem desta ilha dirigiram ao agente consular dos Estados Unidos da América do Norte e encarregado dos seus negócios, Sr. Moisés Benarús, uma mensagem de verdadeiro reconhecimento pela forma como foram tratados, a qual é digna de registo”⁴⁸.

No seu percurso cívico, Moisés Benarús foi membro da Junta Geral, correspondente da *Associated Press*, director-gerente da Caixa Económica Faialense e director da Empresa de Iluminação Eléctrica da Horta⁴⁹.

Faleceu a 2 de Junho de 1943, com 83 anos de idade. De Maria Amélia Garcia teve dois filhos: José Benarús e Samuel Benarús, que faleceu com menos de dois meses.

Como escreveu um jornal local, Moisés Benarús “foi pessoa de destaque na Horta, especialmente durante os anos que exerceu o cargo de vice-cônsul dos Estados Unidos da América (...). O pessoal estrangeiro das companhias telegráficas da Horta teve sempre muita consideração pelo Sr. Benarús, em quem apreciavam os seus dotes de espírito. Benarús deixa uma grande saudade em todos os que o apreciavam como um distinto cavalheiro”⁵⁰.

5. EPÍLOGO

Pelas 10 horas da manhã do dia 29 de Agosto de 1916, a bordo da vapor S. Miguel, partiram para a ilha Terceira os 85 alemães⁵¹ que residiam na Horta: “...era grande o número de pessoas que assistiam ao embarque dos súbditos alemães (...) que recolhem ao campo de concentração em Angra do

Heroísmo”⁵². Acompanhados pelas suas famílias, iam “escoltados por 60 praças de infantaria, sob o comando do tenente miliciano Sr. Francisco Soares de Sousa”⁵³. Ao seguirem para bordo, “acompanhados pela sua tuna cantaram o hino de despedida”⁵⁴. A viagem foi rápida: terminou no dia

⁴⁸ *O Telegrapho*, 30 de Agosto de 1916.

⁴⁹ Cf. Fernando Faria, *ob. cit.*

⁵⁰ *O Telegrapho*, Horta, 02 de Julho de 1943.

⁵¹ Número referido pelo jornal *O Telegrapho*. No entanto, Sérgio Resendes, em “O Depósito de Concentrados Alemães na Ilha Terceira – as memórias de uma reclusão forçada” aponta para 88 alemães do Faial (p.106) e no quadro n.º 1 dos anexos, para

84 alemães do Faial, 75 homens e 9 mulheres (p.138).

⁵² Cf. *O Telegrapho*, Horta, 29 de Agosto de 1916.

⁵³ *A Democracia*, Horta, 29 de Agosto de 1916.

⁵⁴ *O Telegrapho*, Horta, 30 de Agosto de 1916.

seguinte, quando deram entrada no Depósito de Concentrados Alemães de Angra do Heroísmo, que funcionava no Forte de São João Baptista⁵⁵. Otto Schröder não seguiu com os seus concidadãos. Em finais de Agosto de 1916, todos os alemães que viviam nos Açores estavam já em Angra, à excepção deste vice-cônsul alemão no Faial⁵⁶, que desde 1910 estava casado com Branca Silva⁵⁷. De acordo com o jornal *A Democracia*, ele já estaria destinado a ir não para a Terceira, mas sim para Lisboa⁵⁸. Mas, “devido ao estado de saúde da sua Exma. esposa”⁵⁹, acabou por não partir, como pretendia, no navio S. Miguel e só o haveria de fazer, na companhia da sua família, e efectivamente com destino a Lisboa, no final de Outubro de 1916⁶⁰.

Após a sua partida, a imprensa faialense só muito esparsamente se voltou a referir à comunidade alemã que durante anos havia vivido na ilha.

A excepção foi a notícia de que “em Angra passa incomodado de saúde, tendo recolhido ao hospital, o telegrafista alemão Adolf Corsépius”⁶¹.

As outras referências são mais genéricas: a de que “foi proibida a vinda à baixa de qualquer dos prisioneiros alemães que se encontram no Castelo de Angra”⁶²; a de que “estão actualmente no Castelo de Angra 580 súbditos alemães, que para aquela ilha foram de Cabo Verde, Madeira, Lisboa, Ponta Delgada e Horta. Para o sustento dos mesmos, é-lhes fornecido diariamente 200 quilos de pão, 450 de batatas, 220 de carne, e 200 litros de vinho. Isto além de outros géneros alimentícios, como frutos, legumes, caça, etc. Consta que brevemente chegarão ali mais súbditos alemães que se encontram em Angola e Moçambique”⁶³; e a reprodução de uma notícia do “Boletim do Comité Internacional da Cruz Vermelha de Genebra”, que dizia: “Da Cruz Ver-

⁵⁵ Cf. Sérgio Resendes, “O Depósito de Concentrados Alemães na Ilha Terceira – as memórias de uma reclusão forçada”, in *Insulana*, vol. LVIII, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2002, p. 75.

⁵⁶ Idem, *ibidem*, p. 106.

⁵⁷ Cf. Yolanda Corsépius, *ob.cit.*, p.43.

⁵⁸ Cf. *A Democracia*, Horta, 9 de Agosto de 1916.

⁵⁹ *O Telegrapho*, Horta, 29 de Agosto de 1916. A esposa de Otto Schröder “havia acabado de dar à luz e encontrava-se adoentada, sem

saúde suficiente para embarcar” (Sérgio Resendes, “O Depósito de Concentrados Alemães na Ilha Terceira – as memórias de uma reclusão forçada”, p. 75).

⁶⁰ Cf. *O Telegrapho*, Horta, 31 de Outubro de 1916.

⁶¹ *O Telegrapho*, Horta, 30 de Agosto de 1916.

⁶² *O Telegrapho*, Horta, 04 de Setembro de 1916.

⁶³ *A Democracia*, Horta, 23 de Setembro de 1916.

melha Portuguesa de Lisboa recebemos um maço de 100 cartas e postais, provenientes de internados civis de diferentes campos dos Açores. Segundo o conteúdo dessa correspondência, especialmente da dos internados em Angra do Heroísmo, os referidos prisioneiros declaram-se bem alimentados, bem tratados e alojados. Têm muita liberdade, o clima é bom e a terra lindíssima. A comida é preparada por um cozinheiro alemão. Os internados recebem a ração dos soldados portugueses, que é: de manhã, café; ao meio dia, dois pratos de carne, e alguns pratos de ovos e peixe; à noite, sopa, carne (500 gramas por dia) e pão (750 gramas por dia). O terreno é vasto e tem florestas e campos, onde os prisioneiros podem dar grandes passeios durante o dia. As suas únicas queixas referem-se à demora das notícias”⁶⁴.

Esta simpática descrição não revela, porém, nem as muito prováveis provações por que passaram os alemães nem as grandes dificuldades que as autoridades portuguesas tiveram que enfrentar, quer no domínio do abastecimento dos géneros alimentícios, quer no domínio sanitário, conforme

demonstrou Sérgio Resendes no estudo que temos referido.

De acordo com este autor, os alemães originários do Faial que estavam no Depósito de Concentrados de Angra eram maioritariamente solteiros (69) e apenas 15 eram casados. Treze tinham menos de 19 anos e 9 mais de 40 anos, sendo que a maioria (62) tinha idades compreendidas entre os 20 e os 40 anos.

A profissão dominante entre aqueles que tinham partido do Faial era a de telegrafista (34). Seguiu-se a de marinheiro (9), piloto (5), cozinheiro (5), engenheiro (4), criado/moço (4), fogueiro/chegador (4), capitão (2) e comissário (2). Com um elemento, havia ainda as seguintes profissões: chefe de criados, governante e carpinteiro.

As vicissitudes dos alemães no Campo de Concentrados da Terceira “foram as inevitáveis a quem para além de ter sido privado dos seus bens, se via forçado a residir numa fortaleza militar”⁶⁵, naturalmente misturadas com a angústia sobre aquilo que seria a sua vida, uma vez terminado o conflito.

Qualquer que tenha sido a experiência dos funcionários alemães da DAT do Faial no Campo de Concentrados

⁶⁴ *A Democracia*, Horta, 02 de Outubro de 1916. Sobre as condições e modo de funcionamento do Depósito de Concentrados Alemães da Ilha Terceira, remetemos para o estudo de Sérgio Resendes, publicado na revista *Insulana*, vol. LVIII (2002).

⁶⁵ Helena Matos, “O lado desconhecido da primeira Guerra”, in *Expresso-Revista*, Lisboa, 17 Novembro 2001.

de Angra, alguns deles dirigiram, durante o seu período de reclusão, pedidos de transferência para o Faial, que não foram deferidos⁶⁶, e sabemos que, terminado o conflito, alguns deles regressaram a esta ilha, em finais de Outubro de 1919. Foram os casos de Anton Günther, Heinrich Sauer e Carl Weber que, acompanhados de suas famílias, regressaram à Horta a 29 daquele mês⁶⁷. E, antes do final do ano, já Heinrich Sauer e Carl Weber e suas famílias fixavam residência, respectivamente, na casa n.º 21 e n.º 21-2.º andar da Rua Conselheiro Medeiros⁶⁸.

Ao Faial regressaram na mesma data, mas “de passagem”⁶⁹, Willi Walter e Fritz Bruder. Alfred Moll também regressou, mas ao Cais do Pico⁷⁰, e na primeira quinzena de Novembro estava na Horta “de visita”⁷¹.

Quanto ao Eng. Max Corsépius, sabemos que se casou a 6 de Setembro

de 1926, com a faialense Hortensia Goulart S. de Medeiros⁷².

E nas vésperas do recomeço do funcionamento do cabo alemão na Horta, em 1926, “a fim de virem prestar serviço na Companhia Telegráfica Alemã, chegaram à Horta no S. Miguel, os antigos empregados da mesma, Srs. Carl Weber e exma. família, Karl Taube, Werner Bodeck, Erich Bergmann e Walter Michalski”⁷³.

Ao Faial também regressou para trabalhar na segunda fase do estabelecimento da DAT nesta ilha, Otto Schröder (em Setembro de 1926 já estava no Faial, bem como Adolph Corsépius, que testemunharam o casamento de Max Corsépius) e que permaneceu seu director até 1943, ano em que se deu “a segunda deportação dos alemães da companhia”⁷⁴ da ilha do Faial.

A História repetia-se!

⁶⁶ Cf. Sérgio Resendes, “O Depósito de Concentrados Alemães na Ilha Terceira – as memórias de uma reclusão forçada”, p. 88.

⁶⁷ Cf. *O Telegrapho*, Horta, 29 Outubro de 1919 e *A Democracia*, Horta, 30 de Outubro de 1919.

⁶⁸ Cf. *O Telegrapho*, Horta, 18 de Novembro de 1919 e 04 de Dezembro de 1919. Pelo menos Carl Weber e família deverá ter saído novamente do Faial pois em Outubro de 1926 surge como um dos “antigos empregados” da DAT que chegou a esta ilha para

nela “prestar serviço”. (Cf. *O Telegrapho*, Horta, 01 de Outubro de 1926).

⁶⁹ *O Telegrapho*, Horta, 29 de Outubro de 1919.

⁷⁰ Cf. *A Democracia*, Horta, 30 de Outubro de 1919.

⁷¹ *O Telegrapho*, Horta, 12 de Novembro de 1919.

⁷² Cf. *O Telegrapho*, Horta, 08 de Setembro de 1926.

⁷³ *O Telegrapho*, Horta, 01 de Outubro de 1926.

⁷⁴ Yolanda Corsépius, *ob. cit.*, p. 39.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. FONTES MANUSCRITAS E DACTILOGRAFADAS

Carta de agradecimento (manuscrito), Horta, 27 de Agosto de 1916 (em posse da Dr.^a Maria Luna de Ávila Benarús).

Carta de Moisés Benarús ao Comandante do Porto da Horta (cópia dactilografada), Horta, 19 de Abril de 1916 (em posse da Dr.^a Maria Luna de Ávila Benarús).

Fundo do Governo Civil da Horta, Livro n.º 379 (provisório), fls. 172 a 175 – Biblioteca Pública e Arquivo Regional João José da Graça (Horta).

2. FONTES IMPRESSAS

Imprensa

Jornal *O Telegrapho*, Horta, 1914, 1916, 1919, 1924, 1926, 1943.

Jornal *A Democracia*, Horta, 1914, 1916, 1919, 1924, 1926.

Jornal *Correio da Horta*, Horta, 1943.

3. BIBLIOGRAFIA

CORSÉPIUS, Yolanda (1999), *Algumas notas sobre aspectos sócio-culturais da Horta no tempo dos cabos submarinos*, ed. de autor.

CORSÉPIUS, Yolanda e COSTA, Ricardo Madruga da (2009), “Um contributo para a História da Companhia Alemã do Cabo Submarino na Ilha do Faial, in *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, n.º 18, Horta, Núcleo Cultural da Horta.

DAEHNHARDT, Rainer (2000), *Páginas Secretas da História de Portugal*, 1.ª ed., Lisboa, Quipu.

FARIA, Fernando (2007), “Moisés Benarús: último membro da comunidade judaica do Faial”, in *Tribuna das Ilhas*, Horta, 16 de Novembro.

MATOS, Helena (2001), “O lado desconhecido da primeira Guerra”, in *Expresso-Revista*, Lisboa, 17 de Novembro.

MENEZES, Luís (1987), “A Horta no contexto internacional da I Guerra Mundial”, in *O Telégrafo*, Horta, 31 de Maio.

NÉRÉ, Jacques (1976), *O Mundo Contemporâneo*, Lisboa, Edições Atica.

RESENDES, Sérgio (2002), “O Depósito de Concentrados Alemães na Ilha Terceira – as memórias de uma reclusão forçada”, in *Insulana*, vol. LVIII, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada.

RESENDES, Sérgio (2010), “O U-155 e o bombardeamento de Ponta Delgada”, in *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, 4 de Julho.

ROGERS, Francis M. (s/d), *A Horta dos Cabos Submarinos*, Horta, Delegação de Turismo.

SILVEIRA Carlos Ramos da (2002), *O cabo submarino e outras crónicas faialenses*, Horta, Núcleo Cultural da Horta.

TELO, António José (1993), *Os Açores e o controlo do Atlântico (1898/1948)*, 1.ª ed., Porto, Edições ASA.

TELO, António José (2008), “Os Açores e as estratégias para o Atlântico”, in *História dos Açores – do descobrimento ao século XX* (dir. de Artur Teodoro de Matos, Avelino de Freitas de Meneses e de José Guilherme Reis Leite), vol. II, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura.

4. INTERNET

<http://www.marinha.pt>

SILVEIRA, Carlos Ramos da – “Cabo Submarino”, in *Enciclopédia Açoriana*, em <http://pg.azores.gov.pt/drac/cca/enciclopedia/ver.aspx?id=331>.